

Santo e outros, não há dúvida de que é precisamente nos três Estados sulinos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que ela adquiriu aspecto todo especial, como alternativa do minifúndio. São mais de 500.000 agricultores que naqueles Estados se dedicam, pelo menos parcialmente, à suinocultura.

Daí por que, Sr. Presidente, desta tribuna envio minhas congratulações aos criadores do meu Estado e do País por mais esse evento, bem assim ao Presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, José Adão Brau, cuja diretoria está lançando, no dia de hoje, a seguinte "Mensagem":

"Ao promovermos a sexta edição do Dia do Porco, a ACSURS, orgulha-se em poder dirigir uma mensagem de fé e esperança para todos aqueles que estão ligados a suinocultura.

Nossa atividade passou por momentos de extrema dificuldade, que ameaçaram seriamente a sobrevivência deste importante setor da nossa economia.

Porém, na oportunidade em que realizamos mais este encontro, graças a ajuda de Deus, das autoridades governamentais, das Associações, dos técnicos e em especial dos bravos criadores, podemos com muita satisfação anunciar que num futuro bem próximo tudo voltará a mais absoluta normalidade.

Não obstante esta situação, desejamos neste momento de congraçamento, conchamar a união de todos na luta em prol da resolução de outros problemas que continuam entranhando o normal desenvolvimento do setor suinicola."

Sr. Presidente, dentre esses outros problemas está, indubitavelmente, a necessidade da fixação do preço mínimo, do preço do quilo do suíno vivo, mínimo indispensável para dar segurança a essa atividade. O Sr. Ministro Delfim Netto, na sua curta, mas brilhante gestão à frente do Ministério da Agricultura, em diversas oportunidades se referiu à necessidade de ser restabelecido, efetiva e definitivamente, o preço mínimo do suíno, dentro do elenco dos produtos brasileiros amparados pela lei dos preços mínimos. Neste instante, então, cumprimentando o novel Ministro da Agricultura e com o pensamento voltado para a ação do Sr. Ministro do Planejamento e do Sr. Ministro da Fazenda, os suinocultores brasileiros esperam que em futuro muito próximo seja fixado o preço mínimo para esse setor, proporcionando tranquilidade a centenas de milhares de patricios nossos que vivem dessa atividade em diversos Estados brasileiros.

**O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive, no último fim de semana, em visita à cidade de Viçosa do Ceará, situada na Serra da Ibiapaba, a mais de 300 quilômetros de Fortaleza. Ali nasceram o jurista Clóvis Bevilacqua e o General Tibúrcio, glória do Exército Brasileiro e o índio Felipe Camarão. Naquela cidade viveu o grande orador sacro português, Padre Antônio Vieira, e ali, aprisionado pelos índios, foi morto o Padre Francisco Pinto.

Agora, aquele Município está conhecido no Brasil pela jazida de cobre, inicialmente pesquisada pelo Grupo BRASCAN e hoje pela CPRM. Mais de 700 pessoas trabalham nas escavações de galerias, túneis e obras de infra-estrutura, estando próximo o período de industrialização ou beneficiamento do minério.

Mas de repente caem sobre a população uma tristeza e uma desolação. É que, embora comprovada a existência e o teor do minério economicamente explorável, com a mina de Pedra Verde calculada em 100 mil toneladas de cobre e 1.000 toneladas de prata, o Ministério das Minas e Energia manda desativar a exploração e pesquisa. Milhões já foram ali investidos. Será um descalabro e um desemprego em massa. Trará a descrença de um povo que viu fugir de suas mãos o Eldorado da prosperidade que se antevia para o Município. E tudo isso justamente quando à frente do Ministério se encontra um cearense, entusiasta do projeto de exploração mineral para o Ceará, porque sempre afirmou o Ministro César Cals que a exploração de minérios não está sujeita à falta de chuvas.

Confiam os viçozenenses que essa desativação não ocorrerá, certos de que o Ministro César Cals dará uma contra-ordem e, ao contrário, mandará reativar a exploração e a pesquisa iniciadas.

O Governo do Estado já determinara a construção da estrada Viçosa—Granja—Porto de Camocim para dar apoio ao escoamento do minério. Daqui, como representante daquele Município, lanço um patético e quase desesperado apelo, em nome de Viçosa e do Ceará, para que não se cometa esse crime contra a região e os interesses de uma gente.

Há problemas que também quero levar ao conhecimento desta Casa. Tenho-me batido nesta Tribuna por um programa permanente de convivência com o fenômeno social e cíclico das secas.

E o problema principal é evitar que as águas caídas, muitas vezes em abundância, corram para o mar, misturando-se com o

oceano, para faltar nos sertões nas épocas de estiagem. Com a água presa, vem a abundância, vem o peixe para alimentação, as culturas de vazante com irrigação e o capim para os animais.

Senti e vi esse drama a menos de 50 quilômetros de Fortaleza, no Município de Maranguape, em sua zona sertaneja, onde a Prefeitura distribui água potável, em caminhão pipa, para as populações de Amanari, Itapebussu e Lagoa Juvenil. E as populações que sofrem essa calamidade da estiagem não entendem, não compreendem e não sabem por que o DNOCS, tendo estudado e projetado um açude no sopé da Serra do Lajeado, desde 1958, quando daquela seca, até hoje não tenha sequer sido iniciado. Passada aquela seca, foi novamente o projeto colocado nas gavetas e, 21 anos depois os estudos estão empoeirados e o povo da região sentindo a sede pela falta d'água.

Fazemos daqui nosso apelo ao Ministério do Interior e ao DNOCS, para que determine, independente do início de inverno, a construção do açude do Itapebussu.

**O SR. AMADEU GEARA (MDB — PR. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a CBA de Curitiba realizou, terça-feira, dia 14, no salão da Igreja Guadalupe, uma concentração cívica que iniciou com um culto ecumênico, em presença de três pastores protestantes e do Padre Miguel, Secretário, no Paraná, da CNBB. Em que pese o mau tempo em Curitiba, mais de 1.500 pessoas estiveram presentes, manifestando-se, a todo instante, em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita. As manifestações contaram com a participação de líderes operários, das associações de bairros, de líderes estudantis, de professores, de políticos ligados à legenda do MDB, do Senador José Richa, de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores. Há de se destacar, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a presença de número apreciável de dirigentes, funcionários públicos federais e estaduais, que anotavam ostensivamente os nomes dos presentes, que fotografavam e gravavam, elementos que têm demonstrado, nas suas funções policiais, uma dedicação a toda prova. Ainda recentemente quatro estudantes que pintavam nos muros de Curitiba inscrições pleiteando anistia foram detidos. Mas desconhecemos, até agora, que elementos da CCC ou do TFP, que estão a empastelar nos muros as inscrições pela anistia, tenham sido detidos. Parecem muito mais perigosos à Nação brasileira, hoje, os elementos que atuam nas organizações radicais de extrema direita. Esta escalada violenta está a nos preocupar, porque todos estamos a receber panfletos e manifestações apócrifas de elementos que pretendem tumultuar a vida política e social, atuando na extrema direita.

A passeata programada pela CBA de Curitiba deverá ser realizada no próximo domingo, em função do mau tempo. Acreditamos, Sr. Presidente, que o povo de Curitiba haverá de dar mais uma demonstração das suas tradições libertárias, participando, em grande número, dessa passeata, porque a população da nossa cidade, da Capital do Estado do Paraná, não aceita — e as manifestações comprovam isto — a anistia que aí está, uma anistia às meias, num Governo às meias, um Governo de meia composição no Senado, um Governo de meia reforma agrária, um Governo de meia censura.

Pretendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta anistia venha em moldes que proporcionem à Nação brasileira o reencontro e, daí para frente, o progresso nacional.

**O SR. ERNESTO DE MARCO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ninguém ignora que o lucro da exploração da terra agrária, no Brasil, não chega, mesmo onde haja o maior desenvolvimento agropecuário, no Brasil, nem a dez por cento ao ano do valor que lhe é atribuído. Basta assinalar que, no Estado de São Paulo, um alqueire de terra está custando, onde haja, boa infra-estrutura viária e mercantil, cerca de duzentos mil cruzeiros. Tal importância, colocada numa caderneta de poupança, renderia, em um ano, pelo menos cem mil cruzeiros. E qual o lavrador ou pecuarista, mesmo no sul do País, que obtém metade dessa renda em um alqueire de terra, mesmo produzindo café, a mais rendosa das culturas?

Além disso, tanto a pecuária como a agricultura são atividades aleatórias, sujeitas a intempéries imprevisíveis, como secas, geadas, inundações, além de pragas decorrentes do próprio excesso de cultivo. Enquanto as "cadernetas de poupança" têm as maiores garantias do Governo.

Diante dessa comparação, alguns indagariam porque ainda há gente trabalhando na agricultura e na pecuária. Em primeiro lugar, por vocação; em segundo, porque a terra se valoriza, até com o acentuado crescimento da população; em terceiro, porque o homem do campo pensa em deixar um bem imperecível para os seus descendentes.

Por isso, Sr. Presidente, repercutiu mal em todo o interior do País a notícia segundo a qual o atual Governo, por sugestão do Ministro da Fazenda, estaria pensando em estabelecer uma taxa violentamente progressiva para doações e heranças, em